



# EDITORIAL





Vive-se hoje no Douro a expectativa de um momento histórico de viragem. A prosperidade da vitivinicultura, o sucesso crescente das iniciativas na área do turismo e da cultura, a emergência de diversas acções de participação cívica (com a realização de encontros e debates, em que se destaca o Forum de Trás-os-Montes e Alto Douro, lançado pela Spidouro, com a colaboração de inúmeras instituições regionais e com a intervenção alargada de agentes locais) estão a desenhar novas perspectivas de desenvolvimento regional. A candidatura do Douro Vinhateiro a Património Mundial, que este mês será apresentada à UNESCO, poderá contribuir, em caso de aprovação, para a criação de mecanismos de protecção e valorização da «paisagem cultural evolutiva viva», que sintetiza um património natural e histórico-cultural de excelência e, simultaneamente, um valor económico insubstituível para o desenvolvimento da região.

Certamente, não podemos esperar que a declaração do Douro como Património Mundial ultrapasse só por si os bloqueios estruturais, com raízes seculares, que têm dificultado o desenvolvimento regional. Romper o círculo vicioso do subdesenvolvimento do Douro exigirá a aposta numa cultura de identidade, capaz de, simultaneamente, fazer emergir uma atitude de solidariedade, que integre uma ética cívica, como instrumento de desenvolvimento sustentado – entendido este como a valorização cultural e social de uma população que a torne apta a aumentar de forma cumulativa e duradoura o seu produto e a sua qualidade de vida –, capaz de preservar e valorizar o património herdado para o legar, enriquecido, às gerações futuras, logo, que combata o desperdício da riqueza, a poluição ambiental e as diversas formas de exclusão social.

Ora, uma cultura de identidade e desenvolvimento não pode, hoje, desprezar o seu papel universal, como contributo para o património comum da humanidade. Tal como na economia, ou na política, as fronteiras entre a cultura local, regional, nacional ou mundial tendem a esbater-se, pelo que, prospectivamente, as culturas locais devem assumir-se como culturas universais, afirmando a sua especificidade contra as políticas hegemónicas de massificação e globalização, mas seleccionando e integrando os elementos de outras culturas que melhor se adequarem aos seus quadros de vida. Porque uma cultura de identidade só pode sobreviver, hoje, se se assumir no confronto com outras culturas e se se apetrechar para esse diálogo com as técnicas disponíveis. Apostar nesse diálogo com o mundo é, provavelmente, a melhor forma de ultrapassar o círculo vicioso de interioridade, dependência e exclusão a que as políticas nacionais condenaram a região, durante séculos. Por isso, uma cultura para o desenvolvimento exige uma nova atitude cívica, capaz de romper a lógica da indigência face ao paternalismo do Estado, libertando as capacidades de criação endógenas e, simultaneamente, capaz de ser solidária na gestão dos recursos, dos projectos e das realizações. É necessário, sobretudo, assumir uma nova atitude colectiva, num compromisso verdadeiramente democrático e de empenho cívico, que envolva o Estado, as autarquias e as instituições, mas também as comunidades, na criação de condições para a fixação da população jovem e qualificada, capaz de articular uma nova agricultura e turismo cultural, tradição e modernidade, produção de riqueza e qualidade de vida.

Ao nível científico, a aposta no conhecimento e divulgação dos recursos da região – sejam eles naturais ou culturais, incluindo estes o património construído, tanto como a memória histórica ou as tradições locais, em diálogo com os mecanismos da economia e da sociologia – é não só um dever cívico dos investigadores como um elemento insubstituível para o desenvolvimento regional. Foi, afinal, essa aposta na eficácia social do conhecimento académico que orientou, desde o início, o projecto interuniversitário e pluridisciplinar da revista DOURO – Estudos & Documentos e que este número bem documenta.

